

JUN 25  
15 04 10

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 11ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 2  
(DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO  
BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP,**

**FIRMADO ENTRE**

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP,**

**COMO EMISSORA,**


**E**

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,**

**COMO AGENTE FIDUCIÁRIO E REPRESENTANTE DOS DEBENTURISTAS**

**25 DE MARÇO DE 2010**

---

  
87



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 11ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**

Pelo presente instrumento, de um lado,

**COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**, sociedade de economia mista com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Costa Carvalho nº 300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.776.517/0001-80, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, de outro lado,

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 11ª emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados "Partes",

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 11ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP" ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 18 de janeiro de 2010 ("RCA") e na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 18 de março de 2010 ("RCA de Março de 2010" e, em conjunto com RCA, "RCAs").



## CLÁUSULA II - REQUISITOS

A 11ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública pela Emissora (respectivamente, “Emissão” e “Debêntures”) será realizada com observância dos seguintes requisitos, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e pela Instrução CVM 400/03:

### **2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

A Emissão será registrada perante a CVM na forma da Lei no 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 400/03 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### **2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata de Reunião do Conselho de Administração**

A ata da RCA, datada de 18 de janeiro de 2010, que deliberou sobre a Emissão, foi devidamente arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), sob o nº 41.967/10-0, em 29 de janeiro de 2010, tendo sido publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, no dia 24 de fevereiro de 2010. A ata da RCA de Março de 2010, datada de 18 de março de 2010, que deliberou sobre a Emissão, foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, no dia 23 de março de 2010.

### **2.3. Arquivamento da Escritura e de Eventuais Aditamentos na Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Esta Escritura e eventuais aditamentos (“Aditamentos”) serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

### **2.4. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**

A Emissão será submetida à análise prévia da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) no âmbito do procedimento simplificado de registro previsto na Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008, e nos termos do “Convênio que entre si celebram a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e a Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID, relativo ao procedimento simplificado para os registros de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos mercados primário ou secundário”, celebrado em 20 de agosto de 2008 (“Convênio CVM-ANBID”).



## **2.5. Registros para Colocação e Negociação**

As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio (i) do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (ii) do Sistema BOVESPAFIX (“BOVESPAFIX”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia, a liquidação financeira e a negociação das Debêntures.

## **CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Objeto Social da Emissora**

De acordo com o artigo 2º do Estatuto Social da Emissora, seu objeto social compreende a prestação de serviços de saneamento básico com vistas à sua universalização no Estado de São Paulo, sem prejuízo da sustentabilidade financeira no longo prazo, compreendendo as atividades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de outras que lhes sejam correlatas, inclusive o planejamento, operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia, para si ou para terceiros e comercialização de serviços, produtos, benefícios e direitos que direta ou indiretamente decorrerem de seus ativos patrimoniais, empreendimentos e atividades, podendo ainda atuar subsidiariamente em qualquer parte do território nacional ou no exterior na prestação dos mesmos serviços. Para consecução do objeto social, a companhia poderá constituir subsidiárias integrais, participar de fundos de investimento e associar-se, por qualquer forma, com outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive mediante formação de consórcio ou subscrição de parcela minoritária ou majoritária do capital social.

### **3.2. Número da Emissão**

3.2.1. A presente Escritura constitui a 11ª Emissão de Debêntures da Emissora.



### 3.3. Valor Total da Emissão

- 3.3.1. O valor total da Emissão, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), é de R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais).

### 3.4. Número de Séries e Remuneração

- 3.4.1. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo a 1ª série no montante de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) e a 2ª série no montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Nos termos do § 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, a Emissora não poderá negociar a 2ª série de Debêntures desta Emissão antes de colocadas as Debêntures da 1ª série.
- 3.4.2. A remuneração das Debêntures, nos termos estabelecidos na Cláusula 4.2 abaixo, será definida em procedimento de coleta de intenção de investimento, conduzido pelos Coordenadores, conforme definido na Cláusula 3.5.4 abaixo, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros ("Procedimento de Bookbuilding").
- 3.4.3. Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora ratificará a Remuneração (conforme definido a seguir), observado o disposto na Cláusula 2.2.

### 3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

- 3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures (exceto com relação às Debêntures do Lote Suplementar e do Lote Adicional), com a intermediação do BB - Banco de Investimento S.A. ("Coordenador Líder"), Caixa Econômica Federal ("Caixa"), HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC") e Banco Votorantim S.A. ("Votorantim") e, em conjunto com o Coordenador Líder, Caixa e HSBC, "Coordenadores"). Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo investidores institucionais e/ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores não qualificados, fundos de investimentos, pessoas físicas ou jurídicas, clientes ou não dos Coordenadores, conforme definidas no contrato de distribuição celebrado pela Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"). As Debêntures da Opção de Lote Suplementar e Debêntures da Opção do Lote



- 3.5.1. Adicional, conforme definidos na Cláusula 3.6 a seguir, serão objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços pelos Coordenadores.
- 3.5.2. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após o registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início da oferta ("Anúncio de Início") e a disponibilização para os investidores do prospecto definitivo da Emissão ("Prospecto Definitivo"), nos termos da Instrução CVM 400/03.
- 3.5.3. As Debêntures serão colocadas em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação do Anúncio de Início ("Prazo de Distribuição").
- 3.5.4. Será adotado o procedimento de *bookbuilding* ("Procedimento de Bookbuilding"), sem recebimento de reservas e sem definição de lotes mínimos ou máximos de aquisição de Debêntures, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400/03, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos para a definição da Remuneração das Debêntures.

### **3.6. Opção de Lote Suplementar e de Lote Adicional**

- 3.6.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e observados o limite estabelecido pelo artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações e o regime de colocação mencionado na Cláusula 3.5.1 acima, aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas nos termos desta Escritura em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente aqui prevista, sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, nos termos do artigo 14 da Instrução CVM 400/03 ("Opção de Lote Adicional").
- 3.6.2. Sem prejuízo do disposto acima, para atender a um eventual excesso na demanda pelas Debêntures, a Emissora poderá outorgar aos Coordenadores, observados o limite estabelecido pelo artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações e o regime de colocação mencionado na Cláusula 3.5.1 acima, a opção de aumentar a quantidade de Debêntures a serem emitidas nos termos desta Escritura em até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade originalmente aqui prevista, respeitadas as mesmas condições e Remuneração das Debêntures originalmente ofertadas e observado o Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400/03 ("Opção de Lote Suplementar").



4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, não havendo, portanto, qualquer privilégio, especial ou geral, para seus titulares, nem especificação de bens para a garantia da execução.

4.1.4. **Prazo e Data de Vencimento:** (i) as Debêntures da 1ª série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 1º de março de 2015; e (ii) as Debêntures da 2ª série terão prazo de vencimento de 3 (três) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 1º de março de 2013. Nas respectivas datas de vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da Remuneração.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.6. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 900.000 (novecentas mil) Debêntures, em duas séries, sendo 600.000 (seiscentas mil) Debêntures da 1ª série e 300.000 (trezentas mil) Debêntures da 2ª série, observado, ainda, que a quantidade de Debêntures a ser emitida poderá ser alterada nos termos da Cláusula 3.6, acima.

## 4.2. Remuneração

4.2.1. **Remuneração das Debêntures.** A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª série farão *jus* a uma remuneração ("Remuneração da 1ª Série") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado ao *spread* máximo de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Acréscimo sobre a Taxa DI"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.2.2 abaixo, de acordo com a fórmula abaixo. A partir da Data de Emissão, as Debêntures



da 2ª série farão *jus* a uma remuneração ("Remuneração da 2ª Série", e em conjunto com a Remuneração da 1ª série, "Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures da 2ª série renderão juros correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias da Taxa DI, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado ao *spread* máximo de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.2.2 abaixo, de acordo com a fórmula abaixo.

As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.2.2.

O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

onde:

J	valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNe	valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
FatorDI	produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

k	número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;
n	número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
TDIk	fator da Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

**DI<sub>k</sub>** Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;  
**FatorSpread** Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

**spread** *spread* ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;  
**DP** número de dias úteis entre a Data de Emissão, a Data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior ou o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de



TDI<sub>k</sub> a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

*Ausência de Divulgação:* No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas da 1ª série e Assembléia Geral de Debenturistas da 2ª série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de atualização a ser aplicado.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures da 1ª série e 2/3 (dois terços) das Debêntures da 2ª série em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, não sendo devido qualquer valor relativo ao prêmio de reembolso estipulado na Cláusula 6.2.3 a seguir. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, serão utilizadas as fórmulas definidas nesta Cláusula 4.2.1, aplicando-se na apuração de TDI<sub>k</sub>, o valor da última Taxa DI divulgada.

4.2.2. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração.

4.2.3. Define-se “Saldo do Valor Nominal Unitário” como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações.



JUL 2010  
15 04 10

#### **4.3. Amortização**

- 4.3.1. A amortização das Debêntures da 1ª série será realizada em 03 (três) parcelas anuais e consecutivas, no dia 1º de março de cada ano, sendo (a) 33,3333% (trinta e três inteiros e trezentos e trinta e três milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário, em 1º de março de 2013, (b) 33,3333% (trinta e três inteiros e trezentos e trinta e três milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário, em 1º de março de 2014; e o (c) Saldo do Valor Nominal Unitário, na Data de Vencimento, em 1º de março de 2015.
- 4.3.2. A Amortização das Debêntures da 2ª série será realizada em 02 (duas) parcelas anuais e consecutivas, sendo (a) 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário, em 1º de março de 2012, e o (b) Saldo do Valor Nominal Unitário, na Data de Vencimento, em 1º de março de 2013.

#### **4.4. Pagamento da Remuneração**

- 4.4.1. A Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, nos dias 1º de setembro e 1º de março de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de setembro de 2010 e o último pagamento na Data de Vencimento de cada série.

#### **4.5. Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas no BOVESPAFIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures custodiadas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário da presente Emissão.

#### **4.6. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.



ANEXO  
15.04.10

#### **4.7. Penalidades e Encargos Moratórios**

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

#### **4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração, penalidades e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.9. Forma de Subscrição e Integralização**

A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional.

#### **4.10. Preço de Subscrição**

As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura, utilizando-se duas casas decimais, sem arredondamento.

#### **4.11. Repactuação**

Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.12. Publicidade**

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, edição nacional, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – *internet*



(<http://www.sabesp.com.br>), devendo os anúncios de início e encerramento de distribuição de Debêntures e o aviso ao mercado da Oferta ser publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, edição nacional. Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do anúncio de início de distribuição das Debêntures constará da página da Emissora na *internet*, no endereço acima referido.

#### **4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures**

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato dos registros realizados pelo Banco Mandatário, na qualidade de escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP quando estes títulos estiverem custodiados no SND. Para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista.

#### **4.14. Liquidez e Estabilização**

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

#### **4.15. Imunidade de Debenturistas**

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

#### **4.16. Fator de Atualização**

Não haverá aplicação de nenhum fator de atualização sobre o Valor Nominal Unitário, observado o disposto nesta Cláusula IV.

### **CLÁUSULA V - ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA**

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo.



## CLÁUSULA VI – OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

### 6.1. Oferta de Resgate Antecipado

6.1.1. A Emissora poderá, até o 24º mês, exclusive, após a Data de Emissão, a seu exclusivo critério, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, mediante deliberação em Reunião de Conselho de Administração, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures de qualquer série, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas, em igualdade de condições, a aceitação do respectivo resgate (“Oferta de Resgate Antecipado”). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos da Cláusula 4.12 desta Escritura (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”), o qual deverá descrever separadamente os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) série(s) a ser(em) resgatada(s); (ii) se o resgate abrangerá a totalidade das Debêntures ou se será parcial e, neste caso, deverá estar descrito no aviso aos Debenturistas a ser publicado divulgando a Oferta de Resgate Antecipado e seus termos; (iii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iv) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas, assim como para a operacionalização do resgate. Caso aconteça o resgate parcial acima citado, o mesmo deverá ser realizado (a) para as Debêntures custodiadas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implantar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade; (b) conforme os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA; ou ainda, (c) por meio do Banco Mandatário, no caso de o Debenturista não estar vinculado à CETIP ou à BM&FBOVESPA;
- (ii) após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se



manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as debêntures serão liquidadas em uma única data;

- (iii) a Emissora poderá condicionar o Resgate Antecipado à aceitação deste por parcela mínima de Debêntures em Circulação, a ser por ela definida quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tais percentuais deverão estar estipulados no Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- (iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada nos termos da Cláusula 4.2 desta Escritura; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora; e
- (v) as Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

## **6.2. Resgate Antecipado**

- 6.2.1. A Emissora, a seu exclusivo critério, poderá, a partir do 24º mês, inclusive, após a Data de Emissão, e ao final de cada Período de Capitalização, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, mediante deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da 1ª série, através da publicação de comunicação a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.12 desta Escritura ("Comunicação de Resgate"). As Debêntures resgatadas nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.
- 6.2.2. Na Comunicação de Resgate deverão constar as seguintes informações: (i) a Data do Resgate; (ii) se o resgate antecipado será total ou parcial; e (iii) o valor correspondente ao pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) a Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; (b) penalidades e/ou encargos moratórios, se houver; e (c) o prêmio de reembolso a ser calculado de acordo com a Cláusula 6.2.3 abaixo.
- 6.2.3. Os Prêmios de Reembolso a que farão *jus* os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado serão calculados de acordo com os seguintes percentuais



aplicados sobre o somatório do saldo do Valor Nominal acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, em função do período de realização do respectivo resgate antecipado:

Resgate a partir do	PRÊMIO
24º mês	1,00%
30º mês	0,90%
36º mês	0,86%

6.2.4. Na hipótese de resgate antecipado parcial de Debêntures da 1ª série, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis e com divulgação pela imprensa, de acordo com o disposto na Cláusula 4.12 desta Escritura, inclusive no que concerne às regras do sorteio. Para as Debêntures custodiadas no SND, a operacionalização do resgate antecipado parcial dar-se-á, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de operação de compra e de venda definitiva das debêntures no mercado secundário. Entretanto, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate antecipado parcial, não haverá necessidade de ajuste nesta Escritura ou qualquer outra formalidade. Para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX, o resgate parcial será operacionalizado conforme os procedimentos que serão divulgados à época da publicação da Comunicação de Resgate. Os titulares de Debêntures que não estejam registradas no SND ou no BOVESPAFIX observarão as instruções constantes da Comunicação de Resgate, sendo o processo de resgate parcial levado a efeito perante o Banco Mandatário, com supervisão do Agente Fiduciário.

6.2.5. Não poderá haver resgate antecipado das Debêntures da 2ª série.

### 6.3. Aquisição Facultativa

6.3.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no § 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.



ANEXO  
15.04.10

## CLÁUSULA VII - VENCIMENTO ANTECIPADO

- 7.1. É considerada hipótese de vencimento antecipado das Debêntures desta Emissão e, sujeito à imediata exigibilidade do pagamento, conforme disposto nas Cláusulas 7.2. e 7.3 abaixo, pela Emissora, do Saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, devidamente atualizado, acrescido da Remuneração, penalidades e encargos, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos:
- (a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, auto-falência (ou outros procedimentos equivalentes previstos em lei) formulado pela Emissora;
  - (b) liquidação ou decretação de falência da Emissora;
  - (c) extinção ou dissolução da Emissora;
  - (d) não pagamento, pela Emissora das parcelas de Remuneração e/ou Amortização, devidas aos titulares das Debêntures nas respectivas datas de pagamento, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;
  - (e) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedade por Ações;
  - (f) caso o Estado de São Paulo deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto do capital da Emissora;
  - (g) extinção da licença, perda de concessão ou perda da capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em qualquer(uaisquer) área(s) do território do Estado de São Paulo que, considerada(s) isoladamente ou em conjunto durante a vigência das Debêntures, resulte(m) em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Emissora igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora;



- (h) fusão, cisão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ("Reorganização"), que não tenha sido previamente aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 1ª e 2ª séries em circulação, reunidos em Assembleias Gerais de Debenturistas especialmente convocadas para esse fim, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo, exceto na hipótese de a Emissora demonstrar ao Agente Fiduciário, anteriormente à efetivação da Reorganização que, uma vez concluída a Reorganização, serão atendidos cumulativamente os seguintes requisitos: (i) o patrimônio líquido da Emissora e/ou de sua sucessora não será inferior ao patrimônio líquido da Emissora antes da Reorganização, admitida uma variação de até 10% (dez por cento); (ii) será atribuída às Debêntures a mesma classificação de risco a elas atribuída antes da Reorganização; (iii) a Emissora não violará os índices financeiros estabelecidos na alínea (n) abaixo e (iv) a receita operacional líquida consolidada da Emissora não sofrerá uma redução superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora e/ou de sua sucessora, conforme apurado com base em demonstração financeira da Emissora pró-forma que reflita os efeitos da Reorganização, preparada exclusivamente para esse fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas informações financeiras obrigatórias); ficando ajustado que os requisitos indicados nos subitens (i) a (iv) desta alínea são exclusivamente destinados à avaliação, pelo Agente Fiduciário, da Reorganização, e não vinculam a livre deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas aqui previstas;
- (i) protesto legítimo de títulos ou pedidos reiterados de falência contra a Emissora, cujo valor global reclamado ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), corrigidos pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA") a partir da Data de Emissão das Debêntures, salvo se o protesto ou o pedido de falência tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou sustado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua ocorrência;
- (j) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;



- (k) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), corrigidos pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir da Data de Emissão das Debêntures, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da Emissão;
- (l) alienações de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente durante a vigência das Debêntures, requeiram em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Emissora igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre, e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora;
- (m) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente no cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;
- (n) não observância dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir de 30 de setembro de 2009, a serem verificados trimestralmente, sempre quando da divulgação das informações trimestrais ou demonstrações financeiras anuais, conforme o caso, regularmente apresentadas pela Emissora: (1) Liquidez Corrente Ajustada superior a 1,0, devendo para esse fim ser o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante, excluída do Passivo Circulante a parcela registrada no curto prazo das dívidas de longo prazo contraídas pela Emissora; (2) EBITDA / Despesas Financeiras igual ou superior a 1,5, sendo o EBITDA, em relação aos 12 (doze) meses anteriores a data de apuração do índice, o somatório (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações, (ii) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no período, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras e (iv) do resultado não operacional. As Despesas Financeiras são, em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório dos pagamentos de juros e despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas de variação cambial (diferença de moedas). A falta de cumprimento pela Emissora somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações



financeiras trimestrais obrigatórias por no mínimo 02 (dois) trimestres consecutivos, ou ainda por 02 (dois) trimestres não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses, não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 (trinta) dias acima mencionado;

- (o) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura;
- (p) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão, na forma descrita na Cláusula 3.9 acima; e
- (q) caso a Emissora deixe de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM.

7.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a) até (e) da Cláusula 7.1. acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, ficando o vencimento condicionado à entrega pelo Agente Fiduciário de notificação à Emissora nesse sentido, observado o parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.

7.3. Quando da ocorrência dos eventos indicados nas alíneas (f) a (q) da Cláusula 7.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª série e Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª série para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures da 1ª série e da 2ª série, respectivamente, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.3.1 abaixo. As Assembleias Gerais de Debenturistas previstas nesta Cláusula poderão também ser convocadas pela Emissora, ou na forma da Cláusula 10.1 abaixo.

7.3.1. Os Debenturistas, reunidos nas Assembleias Gerais de Debenturistas de que trata esta Cláusula 7.3, poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures da 1ª série em Circulação e 2/3 (dois terços) das Debêntures da 2ª série em Circulação, conforme definidas na Cláusula 10.2.2, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures da 1ª série e da 2ª série, respectivamente; caso contrário, ocorrerá automaticamente um evento de vencimento antecipado, por meio de simples comunicação à Emissora, sujeitando a Emissora ao imediato pagamento das Debêntures, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, devendo a Emissora



efetuar o respectivo pagamento na forma da Cláusula 7.1, acima, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da comunicação feita pelo Agente Fiduciário.

- 7.3.2. Na hipótese de (i) não instalação das Assembleias Gerais de Debenturistas mencionadas na Cláusula 7.3.1 acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 7.3.1 acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados na Cláusula 7.1 acima e a Emissora, efetuar o respectivo pagamento na forma da Cláusula 7.1 acima, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da comunicação feita pelo Agente Fiduciário.

#### **CLÁUSULA VIII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

- 8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário:
  - (a) após o término do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
  - (b) após o término de cada trimestre do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre;
  - (c) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, ou da regulamentação que lhe sobrevier ("Instrução CVM 480/09"), nos prazos ali previstos;
  - (d) com a maior brevidade possível, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário; e
  - (e) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula VII acima, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;



- (ii) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iv) convocar, nos termos da Cláusula 10.1 desta Escritura, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (v) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia;
- (vi) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- (vii) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM 480/09;
- (viii) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (ix) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou não) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (x) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de saneamento básico;
- (xi) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e/ou esta Escritura;
- (xii) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos prevista na Cláusula 3.9 acima;
- (xiii) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças ou aprovações relevantes necessárias ao regular funcionamento da



Emissora e à regular prática de suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças ou aprovações cuja perda, revogação, cancelamento ou não obtenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

- (xiv) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (xv) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (xvi) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;
- (xvii) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP e/ou BOVESPAFIX);
- (xviii) contratar e manter contratadas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agências de *rating* que divulguem, até a Data de Vencimento, relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures;
- (xix) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.9 acima; e
- (xx) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição, instância ou esfera na qual realize negócios ou possua ativos.



## CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO

### 9.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

### 9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, § 3º da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28/83, para exercer a função que lhe é conferida, inclusive não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente e estar ciente e de acordo com a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- g) ser uma sociedade validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação atualmente vigente;
- h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;



ANEXO

15 de 10

9.3.9. acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28/83.

9.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, conforme o caso, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou até a Data de Vencimento das Debêntures e cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura e na legislação em vigor.

9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá, no máximo, a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pelas Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª e 2ª séries.

9.3.7. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 9.3.6 acima, fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, este deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis* desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração pelos serviços a serem por este prestados. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado, a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IPCA.

9.3.8. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos desta Cláusula 9.3, sem qualquer custo adicional para a Emissora e/ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) dias úteis antes de sua efetiva substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura.



10059  
15 04 10

- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- j) convocar, quando necessário, as Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª e 2ª séries mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- k) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - 1.1) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - 1.2) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - 1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - 1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - 1.5) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - 1.6) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na alínea (n) da Cláusula 7.1 e quanto à ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (f), (g) e (k) da Cláusula 7.1;
  - 1.7) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;



1.8) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

1.9) resgate e amortização das séries de Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas das séries de Debêntures efetuadas pela Emissora; e

1.10) relação dos bens e valores entregues à sua administração.

m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "I" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

m.1) na sede da Emissora;

m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

m.3) na CVM;

m.4) na BM&FBOVESPA e/ou na CETIP; e

m.5) na sede da instituição intermediária líder responsável pela colocação das Debêntures.

n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.12 e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "m";

o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à BM&FBOVESPA e à CETIP;

p) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no § 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações;

q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;



JUN 29

15 04 11

- r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

r.1) à CVM; e

r.2) à BM&FBOVESPA e/ou à CETIP, conforme o caso;

- s) acompanhar trimestralmente a manutenção dos índices financeiros previstos na alínea (n) da Cláusula 7.1 e a ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (g), (h) e (l) da Cláusula 7.1 e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros ou da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;

- t) encaminhar à ANBIMA o relatório de avaliação (*rating*) de riscos das Debêntures objeto da atualização, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data em que tiver acesso ao mesmo; e

- u) coordenar o sorteio das Debêntures da 1ª série a serem resgatadas, de acordo com o disposto na Cláusula 6.2.

## 9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. Observado o disposto nesta Escritura, o Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- c) requerer a falência da Emissora; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora, bem como em processo similar aplicável à Emissora.



9.6.2 Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

## **9.7. Despesas**

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.7 será efetuado, em 15 (quinze) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência. Todos os custos e despesas referidos nesta Cláusula serão de inteira responsabilidade dos Debenturistas em caso de inadimplência da Emissora, não estando o Agente Fiduciário obrigado pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos aqui referidos se os mesmos não forem previamente aprovados e adiantados pelos Debenturistas. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:



- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela legislação vigente e por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

#### **CLÁUSULA X - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

##### **10.1. Convocação**

- 10.1.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª série ou Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª série podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da 1ª série em Circulação e por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da 2ª série em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2, ou pela CVM.
- 10.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.
- 10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturista, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.



10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

## **10.2. Quorum de Instalação**

10.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da respectiva série em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas da respectiva série em circulação no mercado, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

## **10.3. Mesa Diretora**

A presidência da assembleia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures da respectiva série ou àquele que for designado pela CVM.

## **10.4. Quorum de Deliberação**

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da respectiva série em Circulação.

10.4.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.4.1 acima:



- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura;
- II. as seguintes alterações da Emissão, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures da 1ª série em Circulação: (a) da Remuneração das Debêntures da 1ª série; (b) de quaisquer datas de pagamento, aos titulares das Debêntures da 1ª série, de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (c) da espécie das Debêntures; e/ou (d) das disposições relativas ao Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª série; e
- III. as seguintes alterações da Emissão, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures da 2ª série em Circulação: (a) da Remuneração das Debêntures da 2ª série; (b) de quaisquer datas de pagamento, aos titulares das Debêntures da 2ª série, de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (c) da espécie das Debêntures; e/ou (d) das disposições relativas ao Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª série.

10.4.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.4 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série.

#### **10.5. Matérias de Interesse Específico**

O Agente Fiduciário, a Emissora, a CVM ou os Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da 1ª ou da 2ª série em Circulação poderão convocar separadamente uma Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª ou da 2ª série para deliberar sobre matérias de interesse específico dos Debenturistas da respectiva série.

### **CLÁUSULA XI – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade de economia mista devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;



- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias (inclusive perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura, à emissão das Debêntures e ao cumprimento com suas obrigações previstas nesta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (d) esta Escritura e os demais instrumentos relacionados à Emissão, inclusive o Contrato de Distribuição, constituem, e cada um dos documentos a serem entregues nos termos desta Escritura constituirão, obrigação legal, válida, vinculante, certa e exigível da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (e) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009, representam correta e adequadamente a situação financeira e os resultados operacionais consolidados da Emissora naquelas datas e naqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, os quais foram, por sua vez, aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos;
- (f) o prospecto de distribuição das Debêntures ("Prospecto") e o formulário de referência, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Formulário de Referência"), conterão, a partir da data de entrega dos mesmos à CVM, todas as informações relevantes atualizadas, completas, suficientes e verídicas em relação à Emissora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto e no Formulário de Referência em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e completas;
- (g) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto e no Formulário de Referência, em relação à Emissora, foram dadas de



boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

- (h) não há fatos relativos à Emissora ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto e no Formulário de Referência cuja omissão, no contexto desta Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto ou do Formulário de Referência seja enganosa, incorreta, imprecisa, insuficiente ou inverídica;
- (i) a celebração desta Escritura, bem como a Emissão e a colocação das Debêntures não infringem seu Estatuto Social, a Lei nº 119, de 29 de junho de 1973, conforme alterada, do Estado de São Paulo, qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irão resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (j) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas observado que, algumas das licenças e autorizações ambientais ainda estão em processo de obtenção pela Emissora, que já tomou todas as providências necessárias a sua consecução, exceto (i) no que se referir a licenças cuja não manutenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures; ou (ii) conforme descrito no Formulário de Referência;
- (k) a Emissora está cumprindo, em todos os aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (l) exceto pelas contingências informadas no Formulário de Referência, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades;
- (m) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas



funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, desta Escritura e demais normais aplicáveis, inclusive regulamentares;

- (n) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e
- (o) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura.

## **CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **12.1. Comunicações**

As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP  
Rua Costa Carvalho, nº 300  
CEP 05429-900 - São Paulo/SP  
At.: Sr. Rui de Britto Álvares Affonso  
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores  
Telefone: (11) 3388-8247  
Fac-símile: (11) 3815-4465  
E-mail: raffonso@sabesp.com.br

**Para o Agente Fiduciário:**

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
Rua Sete de Setembro, 99, 24º andar  
CEP 20050-005 - Rio de Janeiro/RJ  
At.: Carlos Alberto Bacha / Rinaldo Rabello Ferreira  
Tel.: (21) 2507-1949  
Fac-símile: (21) 2507-1773  
E-mail: bacha@pavarini.com.br / rinaldo@pavarini.com.br

**Para o Banco Mandatário e Escriturador:**

Banco Itaú S.A.  
Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707 - 7º andar  
CEP 04.344-902 - São Paulo/SP  
At.: Sr. Sra. Claudia Aparecida Germano Vasconcellos  
Tel.: (11) 5020-1010



Fac-símile: (11) 5029-1920

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

**Para a CETIP**

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar

CEP 01009-000 – São Paulo/SP

Tel.: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

**Para a BM&FBOVESPA**

Rua XV de Novembro, nº 275

CEP 01013-001 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3233-2178 / 2261

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por fax ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, por escrito, de imediato, por cada uma das Partes, conforme aplicável.

**12.2. Renúncia**

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer prerrogativa, direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais prerrogativas, direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



### **12.3. Custos de Registro**

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, bem como de seus eventuais aditamentos e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

### **12.4. Lei Aplicável**

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

### **12.5. Foro**

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### **12.6. Irrevogabilidade**

Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados à Cláusula II desta Escritura, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título.

### **12.7. Independência das Disposições desta Escritura**

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

### **12.8. Título Executivo Extrajudicial**

Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força desta Escritura poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 25 de março de 2010



AMP  
FERREIRA  
ORIZADA  
Capital

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO -  
SABESP

Nome: Carlos de Brito Alvares Affonso  
Cargo: Diretor Econômico-Financeiro  
e de Relações com Investidores

Nome: Marcio Saba Abud  
Cargo: Diretor de Gestão Corporativa

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
LTDA.

Nome: Carlos Alberto Bacha  
Cargo: CPF 606.744.587-53  
Procurador

Nome: RINALDO RABELLO FERREIRA  
Cargo: CIC-509.941.827-91

Testemunhas:

Nome: EULÍDES DE VASCONCELOS  
CPF: 065.045.114-1

Nome: EVERSON GAVA  
CPF: 152.931.168-35

CPF: 065.746.998-00



Página de assinaturas do "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 11ª EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,  
EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO  
BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP", celebrado em 25 de março de 2010

Cantônis do 219 Ofício de Notas, Travessa do Ouvidor, 21 B  
Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tabelião: Ney Ribeiro. Reconheço  
por semelhança as firmas de: CARLOS ALBERTO BACHA e RINALDO  
RABELLO FERREIRA  
Cod: 020FA4344C1E  
Rio de Janeiro, 25 de Março de 2010. Conf. por:  
Em testemunho da verdade, Serventia : 7.66  
30% T.FUNDOS : 2.28  
Total : 9.94  
Paulo Osias - Substituto

